



## IX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL

PORTO ALEGRE – 26 a 28 de maio de 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

### CHAMADA PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS PARA O IX ENAPEGS

A seguir apresentados as informações e os termos a serem observados para a submissão de trabalho para o IX ENAPEGS. Sejam bem-vindos!

#### I. TIPOS DE TRABALHOS

Serão analisadas propostas de trabalho inédito submetidas para uma das seguintes modalidades:

- a. **ARTIGO (Comunicação Oral):** artigo completo de autoria individual ou coletiva (até no máximo 3 coautores), resultante de trabalhos de pesquisa concluídas ou em curso que poderão ser apresentados na modalidade de comunicação oral. Não serão aceitos ensaios sobre as temáticas dos GTs.
- b. **RESUMO EXPANDIDO (Comunicação Oral):** Essa modalidade visa acolher o produto da experiência de estudantes resultantes de: (a) participação em projeto de pesquisa, desenvolvido em Instituição de Ensino Superior, sob a coordenação de professor doutor; (b) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido e aprovado. O período entre a participação no projeto de pesquisa ou a realização do TCC não deverá exceder 02 (dois) anos. O conteúdo dos trabalhos submetidos a essa categoria deverá ter identidade própria, isto é, não reproduzir o conteúdo de trabalhos submetidos em outras modalidades para este mesmo Encontro. O orientador do TCC, ou coordenador do projeto de pesquisa deverá ser indicado como coautor.
- c. **RELATO DE EXPERIÊNCIA (Comunicação Oral):** Espaço reservado para o compartilhamento de experiências de ensino aprendizagem, de desenvolvimento de projetos, de desenvolvimento de Tecnologia Social (TS), de Residência (Social ou Solidária) e de organização comunitária, que focalizem aspectos sócio ambientais, culturais, econômicos, de gênero e/ou étnicos. Experiências estas realizadas na perspectiva da Gestão Social e das quais o(s) autor(es) tenham participado. Serão bem vindas experiências vivenciadas em diferentes tipos de organização: públicas estatais, da sociedade civil, redes, projetos e experimentos comunitários. Além da contextualização da experiência (título, período, onde, motivação, quadro de atores

- d. envolvidos), recomenda-se explicar detalhadamente seu processo de desenvolvimento (como aconteceu, vínculos, oportunidades, estágio em que se encontra, perspectivas), destacando os resultados alcançados (esperados ou não), principais desafios (superados ou não), aprendizados construídos e eventuais referências.
- e. **POSTER (Apresentação em Espaço Físico específico)** modalidade reservada à divulgação por estudantes de graduação de projetos de pesquisa em desenvolvimento, ou concluídos em até 02 (dois), em centros de pesquisa junto a Instituições de Ensino Superior e dos quais tenham participado como bolsista de iniciação científica ou como participante voluntário. O orientador do projeto de pesquisa deverá ser indicado como coautor.

## II. REGRAS PARA A SUBMISSÃO DE TRABALHOS

- a. Os trabalhos devem ser submetidos a um dos Grupos de Trabalho abaixo listados.
- b. Os trabalhos submetidos deverão, preferencialmente, serem redigidos em língua portuguesa. Serão aceitos espanhol, francês e inglês, quando esta for a língua de pelo menos um dos proponentes.
- c. A língua oficial do evento é o português. Os trabalhos submetidos deverão, portanto ser redigidos preferencialmente em língua portuguesa. Será, todavia, aceita a submissão de trabalhos em espanhol, francês e inglês, quando esta for a língua de pelo menos um dos proponentes.
- d. A apresentação dos trabalhos, seja na forma de comunicação oral ou pôster, deverá ser em língua portuguesa ou em espanhol. Caberá aos autores se responsabilizarem por eventuais recursos de tradução, caso julguem ser essa necessário. O evento não será responsável pela tradução dos trabalhos e/ou apresentações.
- e. Uma mesma pessoa só poderá submeter, independentemente da modalidade escolhida, até dois trabalhos para o Encontro, mesmo que um deles, ou ambos, sejam em coautoria.
- f. No que tange à autoria, será aceita a indicação de até quatro pessoas, entre autor e coautor (es) por trabalho submetido
- g. Os trabalhos deverão ser submetidos no site da plataforma do Congresso. O endereço para submissão dos trabalhos é: <http://conferencias.ufca.edu.br/index.php/enapegs/enapegs-2016/index>
- h. Para cada trabalho submetido será gerada uma identificação e uma senha, com as quais o <s>autor <es > poderão oportunamente consultar a situação do trabalho
- i. Só serão considerados trabalhos rigorosamente adequados às regras expostas no presente edital
- j. É expressamente proibida a indicação de autores e/ou coautores no corpo do trabalho. Autores e coautores não devem, pois, ser identificados no corpo do trabalho seja explicitamente, ou através de identificação oculta, sob pena de exclusão sumária do trabalho do processo de submissão

## III. FORMATO PARA SUBMISSÃO/APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

### 3.1. ARTIGO

- a. Página de rosto (capa), com as seguintes informações: IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social/ENAPEGS. 26 a 28 de maio de 2016, Porto Alegre, RS.
- b. Grupo de Trabalho: [INDICAR NOME DO GRUPO DE TRABALHO AO QUAL O TRABALHO ESTÁ SENDO SUBMETIDO]

- c. Título do Trabalho: [O TITULO NÃO PODERÁ SER ALTERADO]
- d. Palavras Chave: [MÍNIMO DE TRES, MÁXIMO DE CINCO]
- e. Resumo: [MÍNIMO 200, MÁXIMO 250 PALAVRAS].O resumo deverá expor o objetivo do trabalho, o referencial teórico de base, a metodologia, os dados, a análise dos dados, com os principais resultados, considerações finais
- f. Tamanho: Entre 12 e 20 páginas.
- g. Fonte: Arial, tamanho 12
- h. Folha A4 (margens superior e esquerda 3,0 cm, margens inferior e direita 2,0 cm),
- i. espaçamento entre linhas de 1,5;
- j. Bibliografia referida
- k. Anexos, tabelas, referências, apêndices conforme as regras da ABNT e compreendidas dentro do limite de páginas previsto para a modalidade de trabalho
- l. Citações e referências deverão seguir normas da ABNT
- m. As propostas submetidas devem ser enviadas em DUAS MODALIDADES, saber: PDF e em Word/Office doc ou Word/Office docx
- n. Para que o trabalho conste do programa do evento, pelo menos um dos autores do trabalho deverá estar inscrito e com a taxa de inscrição paga até 08/04/2016.
- o. A versão na íntegra dos artigos aprovados deverá ser postada na plataforma do IX ENAPEGS, até 18/04/2016.

ATENÇÃO: todos os trabalhos, observadas as regras específicas para sua apresentação e os prazos indicados, deverão ser postados na Plataforma do IX ENAPEGS. Não serão aceitos trabalhos encaminhados por quaisquer outros meios. Lembramos, ainda, ser expressamente proibida a indicação de autores e/ou coautores no corpo do trabalho, sob pena de exclusão sumária do trabalho do processo de submissão.

### 3.2. RESUMO EXPANDIDO

- a. Página de rosto (capa), com as seguintes informações: IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social/ENAPEGS. 26 a 28 de maio de 2016, Porto Alegre, RS.
- b. Grupo de Trabalho: [INDICAR NOME DO GRUPO DE TRABALHO AO QUAL O TRABALHO ESTÁ SENDO SUBMETIDO]
- c. Título do Trabalho: [O TITULO NÃO PODERÁ SER ALTERADO]. Deverá ser escrito com a primeira letra de cada palavra em maiúsculo
- d. Palavras Chave: [MÍNIMO DE TRES, MÁXIMO DE CINCO]
- e. Bibliografia: indicar as cinco principais referências bibliográficas do trabalho
- f. Tamanho: Entre 1000 e 1500 palavras O resumo expandido deverá indicar se se trata de participação em projeto de pesquisa, ou de trabalho de conclusão de curso.
- g. O trabalho deverá indicar: (a) se se trata de participação em projeto de pesquisa, ou trabalho de conclusão de curso de graduação/TCC); (b) o objetivo, (c) breve apresentação do referencial teórico que serviu de base ao trabalho; (d) a metodologia utilizada; (e) os principais resultados ou conclusões.
- h. Fonte: Arial, tamanho 12
- i. Folha A4 (margens superior e esquerda 3,0 cm, margens inferior e direita 2,0 cm),
- j. espaçamento entre linhas de 1,5;
- k. Não deverá conter anexos, tabelas, referências, apêndices. Poderão, todavia, serem indicados, dentro do limite de tamanho previsto para o trabalho, links para folder, site ou vídeos sobre a prática apresentada.
- l. As propostas submetidas devem ser enviadas em DUAS MODALIDADES, saber: PDF e em Word/Office doc ou Word/Office docx
- m. Não serão aceitas notas de rodapé, ou ao final do texto.

- n. Para que o trabalho conste do programa do evento, pelo menos um dos autores do trabalho deverá estar inscrito e com a taxa de inscrição paga até 08/04/2016.
- o. A versão na íntegra dos resumos aprovados deverá ser postada na plataforma do IX ENAPEGS, até 18/04/2016.

ATENÇÃO: todos os trabalhos, observadas as regras específicas para sua apresentação e os prazos indicados, deverão ser postados na Plataforma do IX ENAPEGS. Não serão aceitos trabalhos encaminhados por quaisquer outros meios. Lembramos, ainda, ser expressamente proibida a indicação de autores e/ou coautores no corpo do trabalho, sob pena de exclusão sumária do trabalho do processo de submissão.

### 3.3. RELATO DE EXPERIÊNCIA

- a. Página de rosto (capa), com as seguintes informações: IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social/ENAPEGS. 26 a 28 de maio de 2016, Porto Alegre, RS.
- b. Grupo de Trabalho: [INDICAR NOME DO GRUPO DE TRABALHO AO QUAL O TRABALHO ESTÁ SENDO SUBMETIDO]
- c. Título do Trabalho: [O TÍTULO NÃO PODERÁ SER ALTERADO]. Deverá ser escrito com a primeira letra de cada palavra em maiúsculo
- d. Tamanho: entre 10 e 20 páginas. O trabalho deverá contextualizar a experiência (motivos mobilizadores da iniciativa, atores envolvidos, onde, quando, porque), Processo (como aconteceu, que vínculos, que oportunidades, estágio em que se encontra, perspectivas), Resultados alcançados, desafios e aprendizados, eventuais referências.
- e. Fonte: Arial, tamanho 12
- f. Folha A4 (margens superior e esquerda 3,0 cm, margens inferior e direita 2,0 cm),
- g. espaçamento entre linhas de 1,5
- h. Anexos, tabelas, referências, apêndices conforme as regras da ABNT e compreendidas dentro do limite de páginas previsto para a modalidade de trabalho
- i. Citações e referências deverão seguir normas da ABNT
- j. As propostas submetidas devem ser enviadas em DUAS MODALIDADES, saber: PDF e em Word/Office doc ou Word/Office docx
- k. Para que o trabalho conste do programa do evento, pelo menos um dos autores do trabalho deverá estar inscrito e com a taxa de inscrição paga até 08/04/2016
- l. A versão na íntegra dos Relatos de Experiência aprovados deverá ser postada na plataforma do IX ENAPEGS, até 18/04/2016.

ATENÇÃO: todos os trabalhos, observadas as regras específicas para sua apresentação e os prazos indicados, deverão ser postados na Plataforma do IX ENAPEGS. Não serão aceitos trabalhos encaminhados por quaisquer outros meios. Lembramos, ainda, ser expressamente proibida a indicação de autores e/ou coautores no corpo do trabalho, sob pena de exclusão sumária do trabalho do processo de submissão.

### 3.4. POSTER

O pôster deverá obedecer à dimensão total de 0,90m de largura x 1,00m de altura, tipo Banner (pôster com dimensões fora do padrão definido terá comprometida a sua avaliação, podendo não ser afixado). Devem constar do pôster as seguintes informações:

- a. título do projeto de pesquisa
- b. Grupo de Trabalho: [INDICAR NOME DO GRUPO DE TRABALHO AO QUAL O TRABALHO ESTÁ SENDO SUBMETIDO]
- c. nome dos autor(es) e suas respectivas instituições;
- d. nome do(a) orientador(a);
- e. agência de fomento da pesquisa financiadora (caso haja);
- f. O pôster deverá apresentar: (a) o objeto de estudo; (b) o objetivo do projeto; (c) a metodologia de pesquisa; (d) identificar a etapa em que se encontra; (e) resultados obtidos (se for o caso); (f) principais referências bibliográficas.
- g. É permitida também a utilização de figuras, tabelas, fotos, gráficos e esquemas possíveis, além do texto de comunicação.
- h. O pôster deverá ser disponibilizado à secretaria do Encontro até as 10:00 do dia 26/05/2016.
- i. O proponente do pôster deverá acompanhar o processo de fixação e de divulgação de seu pôster, para tal postando-se no local de exposição, em horário a ser informado pela coordenação do GT ao qual foi submetido.
- j. Citações e referências deverão seguir normas da ABNT
- k. Para que o trabalho conste do programa do evento, pelo menos um dos autores do trabalho deverá estar inscrito e com a taxa de inscrição paga até 08/04/2016

ATENÇÃO: todos os trabalhos, observadas as regras específicas para sua apresentação e os prazos indicados, deverão ser postados na Plataforma do IX ENAPEGS. Não serão aceitos trabalhos encaminhados por quaisquer outros meios. Lembramos, ainda, ser expressamente proibida a indicação de autores e/ou coautores no corpo do trabalho, sob pena de exclusão sumária do trabalho do processo de submissão.

## IV. GRUPOS DE TRABALHO PARA SUBMISSÃO DAS PROPOSTAS

### GT 01: PRÁTICAS DIALÓGICAS E DE ESCUTA NA GESTÃO COLABORATIVA

O diálogo e a escuta são fundamentais na prática da gestão social que requer colaboração de vários atores envolvidos no processo de organização e coordenação de atividades. No entanto, mais do que teorias e conceitos, diálogo e escuta devem ser apreendidos como práticas. A gestão colaborativa no âmbito de comunidades ou diversos tipos de territórios depende da capacidade relacional e organizativa de seus participantes. Essa capacidade é potencializada ou minada pela competência dialógica e de escuta dos participantes. O objetivo deste grupo de trabalho é explorar e discutir as práticas, metodologias, desafios e potencialidades ligados aos processos de diálogo e escuta no contexto de projetos de gestão colaborativa. Buscamos conhecer as várias práticas e metodologias existentes para potencializar a gestão colaborativa e ao mesmo tempo despertar um pensamento crítico sobre o papel que o diálogo e a escuta desempenham no âmbito da gestão colaborativa. Consideramos o diálogo e a capacidade de escuta como algo que vai além da simples faculdade auditiva, envolvendo vários tipos (de si mesmo, do outro, da organização, do grupo, do contexto) e padrões (escuta sensível, profunda, etc.) de escuta.

### GT 02: AS PRÁTICAS AUTOGESTIONÁRIAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E NO COOPERATIVISMO

A autogestão é um modelo coletivo de gestão, baseado numa concepção democrática. Nesta acepção, entendemos que a gestão social, por ser um campo de conhecimento que defende como pressupostos a tomada de decisão coletiva entre os pares por meio de uma racionalidade dialógica/comunicativa com vistas a promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, se coaduna com a diversidade de práticas

dos empreendimentos da economia solidária e das cooperativas. Portanto, a autogestão como categoria teórica, dialoga com a gestão social ao apresentar como viés a cooperação entre os atores sociais, visa promover a reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas, com o objetivo de promover a sua emancipação. Além disso, pode ser explicada por duas abordagens: uma preconizando os aspectos ideológicos, políticos e sociais (preceitos sociológicos) e outra, como um processo que busca compreender as relações e técnicas de gestão dos grupos acerca do desenvolvimento dos seus trabalhos. Neste sentido, este GT aceita comunicações que analisem diversas experiências de gestão participativa encetadas pelos trabalhadores associados, com ênfase nas estratégias, sentidos, e dilemas enfrentados por aqueles que optam pela autogestão dos próprios empreendimentos

### **GT 03: CONTROLE SOCIAL E GESTÃO SOCIAL: PRÁTICAS E LINGUAGENS**

Este GT objetiva estimular o debate sobre o papel da gestão social como prática e linguagem que permite a manifestação de modos de controle social como expressões da Sociedade Civil (movimentos sociais; ONGs; terceiro setor; ações coletivas na esfera pública). Dentre as quatro principais formas de controle social (controle vertical: Estado – Sociedade; Sociedade – Estado; controle horizontal: Estado – Estado; Sociedade – Sociedade), este GT destaca-se aquele no qual a Sociedade Civil manifesta-se com protagonismo e atributos de autonomia, publicidade, pluralismo, diálogo e outros valores democráticos decorrentes dos conceitos de espaço público e esfera pública. Estes modos de controle ensejam a manifestação de campos sociais participativos, inclusivos e socialmente inovadores. Interessa ao GT receber ensaios teóricos e artigos teórico-empíricos que investiguem aspectos destes modos inovadores de controle social os quais permitem, como mecanismos de gestão social, oferecer contribuições à democracia participativa, deliberativa e ao Estado Democrático de Direito. Entre os exemplos práticos apontamos os processos de implantação da Lei Complementar 135 de 2010 (Ficha Limpa) e da Lei 12.527 de 2011 que trata do acesso à informação. Destacando temas relacionados com co-gestão, co-trabalho, co-criação, Estado relacional, relações Estado-sociedade e experiências participativas. Como possibilidades teóricas indicamos as contribuições advindas das viradas “linguística” e “prática” destacando em seu conjunto a importância das linguagens, práticas, comunicações e discursos como elementos constituintes da vida social e expressões validadas pelos públicos para sua representação, deliberação e construção de identidades.

### **GT 04: CONTROLE SOCIAL EM TRANSFORMAÇÃO: APRENDIZAGEM NAS INTERFACES ENTRE GESTÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL**

Em meio aos avanços, desafios e dilemas das democracias na América Latina atualmente, diversas formas de participação e de controle social na relação entre governo e cidadania vem sendo institucionalizadas, em suas mais diversas expressões. Em paralelo a essas já quase tradicionais formas de participação e controle social, vem ocorrendo a emergência de novas formas de participação e engajamento da sociedade civil para promover transparência, controle social e qualidade da gestão pública e para combater a corrupção, particularmente no âmbito local. São iniciativas geradas a partir da dinâmica da sociedade civil local, voltadas à solução de problemas contextualizados. Ao mesmo tempo, ocorre o fortalecimento e qualificação dos sistemas de controle institucional, incluindo-se aí o fortalecimento de cada órgão e, sobretudo, o desenvolvimento da capacidade de ação articulada entre eles. Neste contexto, espera-se receber neste GT trabalhos que tratem das questões das fronteiras entre a gestão social e a gestão pública, no sentido de tornar as iniciativas de controle social mais fluídas, por meio de práticas inovadoras, contextualizadas e articuladas em rede, por meio de seus diversos atores, que busquem compreender os fatores impulsionadores destas iniciativas bem como as nuances do conceito de controle social, quando este é imerso em uma proposta de coprodução. Buscamos também entender os desafios, com trabalhos que discutam a gestão das diversas organizações e os múltiplos olhares sobre a temática, além dos mecanismos inovadores, a exemplo do engajamento em redes sociais e o uso do meio eletrônico como ferramenta de articulação e apoio à governança.

## **GT 05: PRÁTICAS SOCIAIS EM CONTEXTOS DE PARTICIPAÇÃO E COOPERAÇÃO**

São bem vindos trabalhos em formato de artigos e relatos de experiências, que reflitam sobre práticas sociais em contextos de participação e cooperação, tais como economia solidária, cooperativismo, cooperativismo popular, autogestão, gestão democrática, gestão de empreendimentos coletivos, finanças solidárias, práticas de incubação de empreendimentos, práticas de educação em espaços de trabalho associado. São passíveis de discussão as práticas sociais dos movimento de mulheres, movimentos de quilombolas e movimentos indígenas que fortalecem a geração de trabalho e renda nesses contextos e outros que perpassam a dinâmica de valorização das comunidades tradicionais no Brasil e América Latina. Além disso, são contemplados estudos sobre tecnologias sociais, inovação social e memórias em seus diferentes contextos se relacionados à gestão social. Por fim, temas como gestão socioambiental, desenvolvimento de territórios e a expressão da cultura e suas manifestações nos contextos de geração de trabalho e renda e sua participação nas instâncias públicas

## **GT 06: RELAÇÕES ESTADO-SOCIEDADE CIVIL: PARCERIAS, MARCOS REGULATÓRIOS, SUSTENTABILIDADE E FORMAÇÃO DE GESTORES SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA**

As relações Estado–sociedade civil sempre andaram num mix de complementaridade e subsidiariedade, de colaboração e cooptação. Situam-se entre o entre o dever do Estado, a filantropia de organizações sem fins lucrativos e a cooperação internacional para o desenvolvimento. Isso gerou historicamente uma série de ambiguidades e ambivalências nas ofertas de bens e serviços públicos, com diferentes percepções sobre a corresponsabilidade e coprodução das políticas públicas pelas organizações da sociedade civil que prestam atendimento direto, assessoramento, defesa e garantia de direitos. Este GT propõe discutir, a partir da lógica da gestão social, as mudanças ocorridas nos últimos anos nestas relações intersetoriais, principalmente, no que diz respeito a: (i) Identidades, participação e sustentabilidade das OSCs nas relações com o Estado e Cooperação Internacional; (ii) Mobilização de recursos e dimensões da sustentabilidade; (iii) Novos instrumentos legais e de gestão das relações Estado-Sociedade no Brasil (MROSC – Lei 13.019/2014; CEBAS – Lei 12.101/2009; Cadastro Nacional das Entidades de Assistência Social – CNEAS; Vínculo SUAS etc.); (iv) Novas institucionalidades e gramáticas na sociedade civil latino-americana e suas relações com o Estado (Novos Movimentos de Protesto, Economia Solidária, Redes, Consórcios etc.); (v) Legitimidade das OSCs, participação política e relações intersetoriais; (vi) Formação e aprendizagem de gestores sociais para a sustentabilidade das OSC na América Latina; (vii) Análises comparativas das Relações Estado-Sociedade Civil na América Latina

## **EIXO 07: GESTÃO, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E DE POLÍTICAS PARA IDENTIDADES DE BAIXO RECONHECIMENTO DE CIDADANIA**

O GT se constituirá num espaço de apresentação de resultados de pesquisas, de extensão e de análises ou avaliações focando identidades/populações com direitos recentemente reconhecidos ou em reconhecimento de sua existência social, cujas prerrogativas de cidadania não são atendidas ou o são parcialmente por políticas públicas ou sociais. No Pós Constituição de 1988 novas chances se ofereceram para essas populações, mas tanto as Instituições de pesquisa, quanto as políticas responderam apenas pontualmente, daí a importância de juntar estes fragmentos para dar continuidade e articular saberes e atores sociais. Preferencialmente focar em elaboração de conceitos e de metodologias participativas para a produção de informações, de conhecimento, de avaliações na perspectiva da cidadania. Estão contemplados entre outros: populações em situação de rua, afro-brasileiros, quilombolas, migrantes sazonais ou temporários, mulheres, crianças, adolescente, jovens, identidades sociais e étnicas locais ou regionais como caboclos e correlatos, indígenas numa perspectiva de cidadania, dentre outras

## **GT 08: GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

Este GT promoverá a apresentação de trabalhos dedicados à pesquisa alinhada ao debate sobre os efeitos da governança na qualidade da democracia, com consequente fomento a participação social. Vários

estudos avaliam as experiências de governança e participação e seus efeitos na sociedade. Alguns trabalhos acadêmicos com referência os vários conceitos de governança e participação social destacam experiências de ações governamentais no âmbito da infraestrutura e serviços públicos, e que concluíram sobre a assimetria de informação e conhecimento pelos atores territoriais e uma participação social frágil. Desta forma, tem-se como desafio a construção de modelos de governança alinhada com os propósitos da democracia em um paradigma, caracterizado pela tentativa de equilíbrio entre eficiência e equidade nas ações do setor público. Assim, serão bem-vindos trabalhos baseado nas teorias da administração pública, economia, ciência política e sociologia visam compreender o papel do cidadão no desenho e redesenho de estruturas de governança e no estímulo do compromisso social. Pretende, assim, contribuir para o avanço do conhecimento na área, com base no entendimento do contexto dos espaços locais de ação dos cidadãos.

#### **GT 09: GESTÃO SOCIAL E CIDADANIA: O CONTROLE SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - EIXO 2**

Este grupo de trabalho (GT) tem por objetivo discutir as relações entre gestão social, controle social e desenvolvimento territorial. Supõe-se que esta relação esteja imbricada nas ações coletivas que visam o bem comum, tais como: conselhos, colegiados, fóruns e conferências

#### **GT 10: TENDÊNCIAS NO CAMPO DE PÚBLICAS**

O GT pretende promover o debate entre pesquisadores do campo de públicas que investigam os processos contemporâneos que orientam a gestão pública de âmbito estatal e não estatal, nas suas várias dimensões. As discussões serão orientadas a três temas: (1) Relações entre Estado/Governo e Sociedade, que inclui participação social e cidadania; intersetorialidade e interinstitucionalidade; (2) Relações intergovernamentais, que inclui federalismo, litigância intragovernamental e modelos cooperativos; (3) Gestão pública, que inclui planejamento governamental, governança e governabilidade; tecnologias, instrumentos de gestão; implementação de políticas públicas; monitoramento e avaliação; capacidades estatais. Serão bem vindos trabalhos teóricos e empíricos qualitativos ou quantitativos, que enfatizem os novos desafios, limites e possibilidades da gestão pública contemporânea.

#### **GT 11: EMPREENDEDORISMO SOCIAL, INOVAÇÃO SOCIAL E A GESTÃO SOCIAL: INTERFACES TEÓRICAS E PRÁTICAS**

O empreendedorismo social e as inovações sociais são temáticas tipicamente interdisciplinares e que tem ocorrido a partir de iniciativas da sociedade civil organizada; de ações lideradas por governos locais e até mesmo empresas (especialmente as que se configuram como negócios sociais) com ênfase para a contribuição das redes sociais nesses processos. Neste contexto, a gestão social se apresenta como uma alternativa de gestão dialógica, transparente e democrática aos empreendedores sociais. Sendo assim, propõe-se que tal campo de investigação teórica e prática evidenciem as suas possíveis interfaces. Para tal alguns questionamentos se fazem necessários: (i) em que medida os empreendedores sociais têm utilizado a gestão social em suas iniciativas? (ii) Os processos decisórios utilizados pelos empreendedores sociais são dialógicos e transparentes? (iii) Quais são as interfaces teóricas entre o empreendedorismo social e a gestão social? (iv) Há semelhanças e distinções entre o empreendedorismo social promovido pelos diferentes setores? E neste contexto: a gestão social se faz presente em maior grau em qual dos setores? (v) quais são as práticas empreendedoras que têm emergido no Brasil e que fazem interface com a gestão social? Enfim, trata-se de um convite à reflexão acerca de duas temáticas que possuem, provavelmente, interfaces que mereçam nossa atenção. O GT pretende estimular o debate e a reflexão teórico-empírica sobre empreendedorismo social e propostas de inovações sociais que envolvem as dimensões processos (inclusão, capacitação, cooperação) e os resultados decorrentes. Os trabalhos devem focar a transformação social e a geração de soluções que contribuam para o bem-estar dos indivíduos e das comunidades. Considera-se que o processo das práticas de inovação social e empreendedorismo social possui ênfase na cooperação entre os atores envolvidos com o propósito de obter uma participação ativa.



Portanto, está ligada à co-criação, planejamento colaborativo e aprendizagem, o que exige mudanças na dinâmica das relações sociais individualistas inerentes ao modo de produção capitalista.

## **GT 12. NOVOS OLHARES EM E SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS: TEORIAS, MÉTODOS, INSTRUMENTOS E PRÁTICAS.**

Este GT propõe acolher trabalhos que discutam a argumentação nos processos de políticas públicas para promover a construção de novos olhares sobre processos de políticas públicas e seus instrumentos. Entre esses processos, destacam-se os instrumentos de gestão como espaço das disputas coletivas, resultante da ação produzida por múltiplos atores. No âmbito da ação do Estado, a necessidade de desenvolver instrumentos não portadores de contradições entre o modelo de desenvolvimento proposto e as finalidades esperadas, tratando de forma reflexiva e pragmática os desafios de integração entre políticas, regulação, controle e viabilidade de execução. A via participativa e democrática pode garantir a superação das contradições internas dos instrumentos e a realização efetiva das políticas públicas? O que diferencia os instrumentos de gestão de forma participativa daqueles tradicionalmente utilizados? Incentivam-se os estudos com abordagem portadora de elementos inovadores. Define-se como instrumentos de gestão tecnologias focadas no planejamento, direção, organização e controle cuja base reflexiva resulta da ação coletiva. A natureza dos trabalhos pode ser descritiva ou prescritiva. Destaque especial será dado a propostas que incluam a expansão da noção de gestão social. Os artigos podem apresentar/discutir/avaliar teorias, métodos, instrumentos e práticas contidas em processos de políticas públicas. Dentre os novos olhares sobre processos de políticas públicas, incluem-se as abordagens pragmática, argumentativa (*argumentative policy*), dos *commons*, da instrumentalização, da ação pública e da mirada ao revés, além de outras que também assumam a dimensão argumentativa como análise. Dentro do escopo descrito, a temática cidade, território e metrópoles se constituem como campo empírico de particular interesse.

## **GT 13: FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NOS CAMPOS DE PÚBLICA E DE GESTÃO SOCIAL**

O objetivo do GT é promover uma discussão sobre avanços e limites pedagógicos e políticos nesse campo (APGS), a partir do entendimento que as práticas universitárias de ensino, pesquisa e extensão possuem – ou deveriam possuir - forte capacidade de diálogo com as políticas públicas e com as dinâmicas de desenvolvimento. O GT se propõe a discutir criticamente se e como pode se dar o referido diálogo, qual a real capacidade de incidência e cooperação da universidade, e, principalmente, como se organiza e/ou poderiam se organizar as práticas de ensino, pesquisa e extensão do campo de APGS para dar conta dessa tarefa, que poderia ser reputada como um compromisso público com a sociedade brasileira. Ele se propõe, igualmente, a pensar a formação profissional de gestores e trabalhadores na área social, na perspectiva de promover diálogos interdisciplinares, fomentar a articulação intersetorial e provocar a compreensão, análise e atuação crítica na área. O debate sobre estudos e experiências no campo da formação profissional e da pesquisa em torno dos processos de gestão, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, na perspectiva de possibilitar o debate em torno de aspectos, tais como: (i) o papel da universidade na análise crítica e no aprimoramento das políticas sociais e no aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão social; (ii) a construção de novas tecnologias envolvendo a articulação ensino, pesquisa e extensão no processo de execução e avaliação de políticas sociais; (iii) experiências inovadoras nos projetos pedagógicos vinculados à gestão das políticas públicas nos cursos de graduação; (iv) desafios da intersetorialidade e da interdisciplinaridade nos serviços e na pesquisa em torno das políticas públicas, bem como de temas correlatos pautados na perspectiva da Teoria Crítica.

## **GT 14: MODELOS DE PROTEÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS NO CAMPO DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA.**

A Constituição Federal introduziu a Seguridade Social como modelo de proteção social, composta pelas políticas sociais de Saúde, Previdência e Assistência Social. O que se espera da proteção social? A resposta

mais comum é: ter renda para poder resolver situações em que alguém se sinta fragilizado. A concepção adotada é de universalização da proteção social, através de políticas públicas, que exige romper com a disputa entre trabalho e cidadania. A garantia de seguranças sociais vislumbra o entendimento do direito à proteção social de cidadania, tendo clareza de que “a proteção social não é obtida pela população apenas com a substituição da renda. Exige cuidados, restaurações e aquisições pessoais”. Temas: Processo de construção dos modelos de Proteção Social: Definições, especificidades, abrangência e regulação no campo público e privado; a Gestão Social do direito à proteção social implica na universalização do acesso e no controle democrático das ações. Como se articula essa perspectiva com a tendência de focalização e redução da capacidade protetiva face à crise do capitalismo e que fatores e responsabilidades trazem para a gestão social? Quais os desafios para superar a fragmentação e consolidar a lógica da integralidade e interdisciplinaridade na gestão social da seguridade social brasileira? Estratégias desafios de gestão social postos na articulação entre os modelos de proteção social e políticas econômicas? Mediações culturais, políticas e comunicacionais: a construção do discurso da proteção social pela agenda midiática, sobre a esfera ideológica e gestão das políticas sociais asseguradas pelo estado de direito.

#### **GT 15: GESTÃO SOCIAL, ORGANIZAÇÕES CRIATIVAS E PATRIMÔNIO CULTURAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS.**

O objetivo do grupo é reunir reflexões acerca dos diálogos existentes entre territórios e atores culturais, com ênfase nas experiências de comunidades tradicionais dotadas de significativo patrimônio cultural, na gestão/ação das organizações culturais/criativas e demais atores que se identifiquem através da dimensão cultural do território que ocupam. Contempla trabalhos que reflitam relações estabelecidas entre Cultura e interculturalidade em territórios; gestão de organizações culturais/criativas e espaços territoriais, gestão social, patrimônio cultural e territórios; ação pública em territórios que possam fornecer elementos para definição e redefinição de políticas públicas nos campos socioeconômico e cultural, que promovam a sustentabilidade de grupos comunitários, organizações criativas e/ou atores culturais. Tais trabalhos podem abordar estratégias para fortalecimento de sentimentos de identidade e continuidade, de promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana, de disseminação e divulgação do significado simbólico do patrimônio cultural desses grupos e atores, e, em adição, estratégias, ações e articulações de organizações culturais/criativas em um espaço territorial. Podem resultar de estudos comparativos e multidisciplinares no âmbito da América Latina, que analisem experiências e mecanismos de inclusão social, de difusão do empreendedorismo social e do cooperativismo, de valorização das culturas locais e fortalecimento da autoestima. Temas prioritários: Gestão social em comunidades tradicionais; gestão do patrimônio cultural em comunidades tradicionais; desenvolvimento territorial e comunidades tradicionais; experiências de empreendedorismo social e/ou de cooperativismos em comunidades tradicionais; gestão, redes e organizações criativas em um espaço territorial, e estratégias de gestão e/ou de políticas públicas direcionadas à sustentabilidade de grupos comunitários

#### **GT 16: TECNOLOGIAS SOCIAIS: CONCEPÇÕES, EXPERIÊNCIAS E IMPACTOS NO CONTEXTO BRASILEIRO E LATINO AMERICANO**

O tema das tecnologias sociais vem sendo incorporado na agenda científica, política e social do Brasil e da América Latina, tendo em vista o avanço no desenvolvimento das mesmas em todo o território mencionado. A existência de organizações (públicas, da sociedade civil e da comunidade científica) disseminadoras dessa agenda vem consolidando o debate e a promoção das mesmas, no que se refere ao aprofundamento teórico, à sistematização, a reaplicação e a avaliação dos seus impactos para o desenvolvimento nas diferentes esferas. Com base neste escopo, pretende-se reeditar este discutir neste GT no ENAPEGS 2016 como espaço de aprofundamento teórico, da sistematização e das análises das experiências em desenvolvimento e da reflexão sobre as suas contribuições e impactos relacionados a: os seguintes conteúdos: concepções de tecnologias sociais (problematizando os enapegsconceitos na sua relação com o debate sobre ciência, tecnologia e sociedade; interface com o debate sobre tecnologias para

a inclusão social; relação com os modelos de desenvolvimento social e sustentável; produção de conhecimento sobre as mesmas), experiências em desenvolvimento nos países (sistematização de tecnologias sociais e análise das mesmas; análises dos processos de tradução e translação envolvidos) e análise do impacto das mesmas (no âmbito dos territórios, na perspectiva do desenvolvimento local; das políticas públicas e do desenvolvimento social e sustentável); as relações entre tecnologias sociais, tecnopolítica e biopolítica, problematizando sua relevância às diferentes narrativas e aos diferentes modos de existência, na à (re)produção dos territórios e, num sentido mais amplo, à (re)produção da(s) vida(s) como um todo. Nesse sentido, se justifica a importância de reeditar este GT, junto ao ENAPEGS 2016, para que se amplie o espaço para o aprofundamento do debate teórico, da sistematização e análise das experiências em desenvolvimento e da reflexão sobre as suas contribuições e impactos para o fortalecimento da governança e das políticas públicas. No âmbito do GT serão aceitos artigos científicos, relatos de experiência e filmes que se relacionem diretamente com a proposta

#### **GT 17: GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS CULTURAIS**

O GT discutirá políticas culturais e a gestão social de equipamentos, organizações e ações culturais. A proposta é criar um espaço de compartilhamento de experiências, análises e reflexões sobre os desafios da institucionalização de políticas culturais no Brasil e na América Latina. A sistematização de metodologias de formação e pesquisa; de instrumentos de planejamento e avaliação de ações públicas; e de iniciativas de mobilização, inovação e comunicação na gestão social de territórios culturais contribuirão aos diálogos propostos neste GT. O planejamento da gestão pública de cultura será abordado a partir de experiências de diagnóstico situacional e institucional da cultura, levando em consideração o fortalecimento da diversidade cultural e da democratização do acesso. Além disso, pensar as relações entre cultura e território como instrumento de transformação social e econômica a partir, por exemplo, dos espaços culturais, patrimônios, centros de memórias e valorização de identidades como aspectos importantes para o conjunto de reflexões do grupo, bem como a construção de novos espaços e modelos de integração entre cultura e educação. Vale também observar como se processam as novas formas de experimentação e apropriação do consumo cultural. Os temas prioritários são: (i) Desafios na construção de planos municipais, estaduais e setoriais de cultura e da implementação do Sistema Nacional de Cultura no Brasil; (ii) Experiências latino-americanas de planejamento em Cultura; (iii) Mobilização social e sistematização de experiências na gestão pública da cultura na América Latina; (iv) Desafios e relatos de experiências na gestão de organizações e equipamentos culturais; (v) Cultura política e educação na práxis da gestão social.

#### **GT 18: POLÍTICAS CULTURAIS E TECNOLOGIAS DE FORMAÇÃO DE GESTORES DA CULTURA: EXPERIÊNCIAS DA AMÉRICA LATINA**

O GT tem como objetivo reunir pesquisadores, professores, estudantes e gestores culturais de instituições governamentais e não-governamentais do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e demais países da América Latina, interessados na temática das políticas culturais em bases locais e contextos municipais. A ideia é aprofundar a reflexão sobre as diversas modalidades de educação no campo das políticas culturais, desenvolvidas por iniciativas de governos locais e Instituições de Ensino Técnico e Superior, visando o uso das novas mídias de informação e comunicação para o desenvolvimento de competências profissionais e o fortalecimento de sistemas nacionais e federativos de políticas e gestão da cultura nos países latinos. Esperamos reunir comunicações acadêmicas e não acadêmicas relacionadas a diferentes contextos locais no espaço latino-americano, de modo a contribuir para uma agenda positiva de consolidação da cultura como vetor de desenvolvimento:

Serão bem vindos estudos e relatos principalmente sobre: (i) Experiências latino-americanas de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas de cultura; (ii) Projetos em diferentes modalidades de educação no campo das políticas públicas da cultura (Presencial, Semipresencial e EAD); (iii) Ações públicas para formação e capacitação em gestão cultural; (iv) O papel das Instituições de Ensino

Técnico e Superior para formação e fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e (v) O uso das novas mídias de informação e comunicação para o processo de desenvolvimento cultural.

#### **GT 19: GESTÃO SOCIAL E GOVERNANÇA TERRITORIAL E AMBIENTAL EM MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS.**

Este grupo prioriza os trabalhos que analisam programas, projetos e instrumentos de Gestão Social e Governança Territorial e Ambiental em diferentes e específicos recortes, territoriais, tais como regiões administrativas ou de planejamento, cidades, áreas de Indicação Geográfica, unidades de conservação territórios indígenas, territórios rurais, reservas extrativistas, comunidades quilombolas, APAs, reservas de desenvolvimento sustentável e outros espaços da ação pública para o desenvolvimento territorial. Dentre os aspectos de gestão e governança social e ambiental estão: participação; parceria; concertação social; consenso mínimo; conselhos, fóruns, comitês e ética na gestão social;. No âmbito dos espaços de uso dos instrumentos Gestão Social e Governança Territorial e Ambiental estão os debates sobre regionalização e territórios

#### **GT 20: GESTIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EL DESARROLLO DE TERRITORIOS CREATIVOS**

El objetivo del Grupo de Trabajo (GT) es conocer y analizar los recursos utilizados para crear, elaborar, implementar y evaluar políticas públicas para el desarrollo de territorios creativos. Esos son espacios multi-escalares (rúas, villas, parroquias, barrios, centros históricos, áreas de conservación agrupamientos en una ciudad o un aglomerado de varias ciudades) que tienen determinados bienes y servicios que constituyen su patrimonio cultural, material e inmaterial, así como personas interesadas en este sector. Estas personas trabajan con productos, en diversas formas organizacionales, con vocación o tradición en la apropiación de la creatividad en diferentes ramas de la economía, en las cuales aspectos culturales y de identidad son importantes, bien como están vinculados con prácticas de innovación y de cooperación con diferentes agentes públicos, empresariales y del tercer sector. Este GT tiene como hipótesis clave que las acciones públicas realizadas para el desarrollo de territorios creativos son únicas y auténticas, que fueron planeadas para un horizonte de medio a largo plazo, lo que hace que la gestión y las políticas públicas en este contexto sean dinámicas y complejas para los análisis y los estudios comparados. Así, el tema propuesto de este GT es un campo de investigación científica reciente en países iberoamericanos. En muchas ciudades de dichas naciones hay espacios con patrimonio cultural socialmente construido, que normalmente tienen (o pueden tener) alta circulación de personas (habitantes y turistas) que mueven (o pueden mover) significativamente la economía local y regional por medio de la valoración del espacio y de la cultura local

#### **V. PRAZOS**

O processo de submissão/avaliação/envio dos trabalhos selecionados atenderá ao seguinte cronograma:

<b>ATIVIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
Período para Submissões de trabalhos	29/09 à 22/11/2015
Divulgação dos trabalhos aprovados	15/01/2016
Período para pagamento da taxa de inscrição de autores de trabalho aprovado, para o trabalho constar da programação do Encontro	01/02 à 08/04/2016

### **OUTRAS INFORMAÇÕES**

16. Todas as submissões deverão ser feitas exclusivamente pela plataforma digital do IX Enapegs. Em nenhuma hipótese serão aceitos trabalhos por outras vias.

17. Casos omissos nesta proposta serão deliberados pela Coordenação Científica do evento.

18. Todos os trabalhos, observadas as regras específicas para a apresentação e os prazos indicados, deverão ser postados na Plataforma do IX ENAPEGS. Não serão aceitos trabalhos encaminhados por quaisquer outros meios.

19. Relembramos, ainda, que é expressamente proibida a indicação de autores e/ou coautores no corpo do trabalho, sob pena de exclusão sumária do trabalho do processo de submissão.

Porto Alegre, 19 de setembro de 2015  
**Comissão de Organização IX ENAPEGS**